



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Angelo Coronel

PARECER Nº , DE 2019 - CE

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o **Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2015**, do Senador Omar Aziz, que altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica.

Relator: Senador ANGELO CORONEL

I – RELATÓRIO

Vem à análise da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) o **Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 501, de 2015**, de autoria do **Senador Omar Aziz**.

A proposição acrescenta um parágrafo ao art. 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – conhecida como LDB –, com o intuito de incluir nos currículos da educação básica o tema do envelhecimento, compreendendo os cuidados e o respeito aos idosos. A proposição determina que o referido tema seja ministrado por profissionais habilitados em gerontologia.

Na justificção, o autor argumenta que as mudanças demográficas pelas quais o Brasil vem passando apontam para uma profunda alteração no perfil etário da população, com aumento do número de idosos. Isso exigiria transformações na infraestrutura, nas políticas públicas, na



SF/19771.59009-83



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

cultura e na educação, com vistas a atender e cuidar desse segmento da população de maneira adequada.

A proposição foi distribuída exclusivamente a esta Comissão, para análise em caráter terminativo, não tendo recebido nenhuma emenda. Em um primeiro momento, o PLS foi objeto de relatório favorável do Senador Otto Alencar, que, no entanto, não chegou a ser apreciado.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 102, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CE opinar a respeito de proposições que abordem normas gerais sobre educação. Ao dispor sobre currículo da educação básica, o PLS nº 501, de 2015, se encaixa nesse mandamento regimental.

Como se trata, porém, de proposição sujeita ao exame em caráter terminativo por esta Comissão, cabe-nos analisar também a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do PLS.

Esclarecemos, inicialmente, que a proposição se mostra **constitucional e regimentalmente** adequada ao fim pretendido. Sob o aspecto material, ampara-se na competência privativa da União para legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional, conforme o inciso XXIV do art. 22 da Constituição Federal.

Sob o ângulo da **legalidade** e do **mérito**, no entanto, sugerimos alternativa à proposição apresentada, de forma a resguardar a sistemática de inclusão de conteúdo curricular prevista na LDB, sem com isso deixar de atender ao nobre objetivo do projeto.

O art. 9º da LDB atribui à União, em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, a definição das diretrizes que nortearão os currículos e seus conteúdos mínimos. A mesma lei prevê, ainda, a existência do **Conselho Nacional de Educação (CNE)**, com a competência de deliberar sobre as diretrizes curriculares propostas pelo Ministério da Educação e do



SF/19771.59009-83



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

Desporto, conforme dispõe o art. 9º, §1º, c, da Lei nº 4.204, de 20 de dezembro de 1961.

Portanto, a legislação federal incumbe ao CNE a prerrogativa de versar sobre currículo, instituindo diretrizes a serem seguidas em todo o País, o que tem sido feito por meio da edição de pareceres e resoluções. Já no âmbito dos sistemas de ensino subnacionais, por sua vez, as competências normativas na área curricular são exercidas pelos conselhos estaduais e municipais de educação.

Ademais, com a aprovação da Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2015, que instituiu o **Plano Nacional de Educação (PNE)**, a questão curricular ganhou novos contornos. O PNE determina a criação de instância permanente de negociação e cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios para, entre outras atribuições, pactuar a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular dos ensinos fundamental e médio (estratégias 2.2, 3.3 e 7.1). Esse processo foi concluído com aprovação da **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**, documento que apresenta os conhecimentos e as habilidades a serem ensinados em todas as escolas do Brasil.

Em adição, o § 10 do art. 26 da LDB determina, expressamente, que compete ao CNE, com a homologação do Ministro de Estado da Educação, a inclusão de novos componentes curriculares na BNCC. A inclusão de disciplina ou conteúdo na parte do currículo não compreendida pela BNCC, por sua vez, esbarra na competência dos sistemas de ensino para definir essa parte específica do currículo e também em argumentos de mérito.

É com base nessas premissas que nos parece inadequado que o Projeto de Lei desça a pontos tão específicos como a estabelecer qual o profissional que ministrará determinado conteúdo. **Determinar que um profissional especializado em gerontologia seja responsável por ministrar aulas sobre envelhecimento e respeito ao idoso se mostra medida de difícil implantação no cenário vivido em todo Brasil.** Para efetivar a medida seria necessário definir carga horária, providenciar instalações, contratar pessoal



SF/19771.59009-83



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

com formação adequada, dentre tantas ações práticas necessárias. A efetividade da ação esbarra ainda nas dificuldades orçamentárias de estados e municípios, que são os entes da Federação que mais sofreriam o impacto financeiro dessa proposta.

Para além desses argumentos de ordem financeira e estrutural, a previsão não se coaduna com os aspectos gerais que caracterizam uma norma como a LDB. Essa previsão deve estar contida em estudo técnico pertinente, envolvendo os diversos atores que definem as políticas de educação, especialmente a Base Nacional Curricular Comum; só aí se poderia estabelecer com segurança critérios tão minudentes.

Por isso, nosso voto é pela rejeição desse ponto do PL 501/2015.

Com isso não queremos dizer que o objetivo geral da proposta não seja meritório. Concordamos com o autor da matéria quando afirma que

“É preciso incentivar, desde já, uma mudança cultural que recoloque o idoso, com autonomia, no contexto da vida familiar e comunitária. Esse processo só poderá ocorrer por meio da educação.

Destarte, a escola precisa ser chamada a colaborar na ação educativa das novas gerações para a compreensão das virtudes e vicissitudes da terceira idade, com vistas a permitir uma convivência intergeracional mais harmônica, em benefício de todos.”

Por isso, estamos propondo uma alternativa ao PL que evitará que a medida se torne inócua por sua dificuldade de implementação e que resguarde as prerrogativas dos órgãos competentes para definir a Base Nacional Curricular Comum.



SF/19771.59009-83



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

Nos parece razoável buscar na própria LDB o parâmetro razoável para abordar a questão. E esse parâmetro existe. O **§ 9º do art. 26 da LDB** seria a referência adequada, pois traz a previsão de que conteúdos relativos à proteção da criança e do adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares:

“Art. 26

(...)

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a [Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 \(Estatuto da Criança e do Adolescente\)](#), observada a produção e distribuição de material didático adequado.”

O que se percebe é que a previsão do § 9º se aproxima com o que o PL 501/2015 propõe: **assegurar que as particularidades de determinado conjunto de indivíduos sejam consideradas para a elaboração de conteúdos educacionais, buscando com isso assegurar o respeito que o referido grupo precisa receber.**

Justamente por isso é que optamos por aproveitar a ideia do PL 501/2015 para alterar a redação do § 9º, ao invés de criar novo dispositivo no artigo. Juntar a proteção da criança e do adolescente à proteção ao idoso, torna a norma mais completa sob o ponto de vista da defesa da dignidade desses grupos.

Se na redação atual do § 9º do art. 26 da LDB crianças e adolescentes são os atores sociais a serem protegidos, no PL 501/2015 eles se tornam destinatários fundamentais da norma, pois, como afirma o autor, “crianças e jovens poderão ter contato, desde os anos escolares, com o conhecimento acumulado pela ciência com vistas a cuidar, respeitar e acolher os idosos.” Nessa dinâmica, restará assegurada a promoção da **convivência intergeracional mais harmônica**, objetivo do PL.

Ademais, o padrão seguido no § 9º do art. 26 da LDB segue a lógica de apresentar diretrizes para que os conteúdos escolares respeitem as



SF/19771.59009-83



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia, a realidade social e política. É com essa visão que se deve propor qualquer alteração na LDB, o que julgamos ter sido feito pelo autor do PL 501/2015 e que fica potencializada com a alteração que promovemos.

Cumpre-nos destacar ainda que a proposição, sem se tornar redundante, trará para a LDB abordagem já prevista no Estatuto do Idoso - Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 – que trata do tema em seu art. 22:

Art. 22. Nos currículos mínimos dos diversos níveis de ensino formal serão inseridos conteúdos voltados ao processo de envelhecimento, ao respeito e à valorização do idoso, de forma a eliminar o preconceito e a produzir conhecimentos sobre a matéria.

Cremos, portanto, que a proposição promoverá a perfeita harmonia da LDB e da sistemática de definição de currículos com o sistema de proteção do idoso.

III – VOTO

Em virtude do exposto, nosso voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2015, nos termos da seguinte **emenda substitutiva**:

EMENDA Nº – CE (SUBSTITUTIVO)

Da COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 501, de 2015, do Senador Omar Aziz, que *altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir o tema do envelhecimento nos currículos da educação básica.*

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O § 9º, do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:



SF/19771.59009-83



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Angelo Coronel

“Art. 26.....

.....

§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente, bem como aqueles voltados ao respeito e à valorização do idoso e ao conhecimento sobre o processo de envelhecimento, de forma a eliminar o preconceito, serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretrizes a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto do Idoso) observada a produção e distribuição de material didático adequado.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator



SF/19771.59009-83